



## CONSELHO DE REPRESENTANTES

ATA N.º 23/2018

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, pelas 15 horas, reuniu-se o Conselho de Representantes (CR) da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4.

Na reunião estiveram presentes os seguintes membros: Carlos Reis de Jesus, Cláudia Silvestre (que presidiu), Francisco Sena Santos, Helena Ribeiro, Jorge Trindade, José Cavaleiro Rodrigues, Júlia Leitão de Barros, Mafalda Andrade, Maria do Rosário Correia, Ricardo Nogueira (que redigiu a presente ata) e Rúben Neves. Os restantes membros efetivos comunicaram atempadamente a sua impossibilidade de participação na reunião, o que foi aceite pelo Conselho.

Esta reunião teve a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Aprovação da ata 22
3. Aprovação do calendário eleitoral para os representantes dos alunos 2018/9
4. Apreciação e votação do Plano de Atividades da ESCS 2019
5. Assuntos supervenientes

A Presidente iniciou a reunião agradecendo a todos a sua presença e apresentou a proposta da ordem de trabalhos e perguntou se a posição do CR relativamente à festa promovida pela Associação Académica de Lisboa poderia ser tratado depois do ponto informações. Ninguém se opôs a esta alteração, pelo que a ordem de trabalhos passou a ser a seguinte:

1. Informações
2. Posição do CR relativamente à festa promovida pela Associação Académica de Lisboa
3. Aprovação da ata 22
4. Aprovação do calendário eleitoral para os representantes dos alunos 2018/9

5. Apreciação e votação do Plano de Atividades da ESCS 2019
6. Assuntos supervenientes

### **1. Informações.**

A pedido do Manuel Batista (que não pode estar presente), Cláudia Silvestre informou que as ex-alunas da ESCS Carolina Galvão e Inês Silva, recém licenciadas em PM, após terem vencido a fase regional, foram as grandes vencedoras, a nível nacional, da 15ª edição do concurso de ideias de negócio Poliemprende, com o projecto The Paper Toy Factory.

Cláudia Silvestre informou que como havia ficado combinado na última reunião, pediu à Direcção para informar os docentes sobre como são contabilizadas as menções relevantes positivas e negativas. Embora estas regras já estejam em vigor desde o ano lectivo 17/18 e tenham sido tomadas ainda na anterior direcção, nunca foram divulgadas aos docentes. Enviou um email nesse sentido a 30 de julho e no mesmo dia foi informada que depois da Direcção reunir com o Conselho Consultivo da Qualidade informariam todos os docentes. A 25 de outubro todos os docentes receberam um email da Direcção a informar que foram estipulados os critérios automáticos para a identificação das situações relevantes positivas e negativas, a saber,

#### Situação Relevante Positiva:

A UC tem a classificação automática de Situação Relevante Positiva se:

- a taxa de sucesso da UC for superior a 75% e
- a avaliação global da UC for superior a 4,5 e
- a avaliação global do desempenho do docente for superior à média de 4,5.

Para estes dois últimos resultados é necessário que, pelo menos 20% dos alunos inscritos na UC, tenham respondido, sendo que esse número nunca poderá ser inferior a 5.

#### Situação Relevante Negativa:

A UC tem a classificação automática de Situação Relevante Negativa se:

- a taxa de sucesso da UC for inferior a 50% e
- a avaliação global da UC for inferior a 3 e
- a avaliação global do desempenho do docente for inferior à média de 3.

Para a contabilização destas situações relevantes positiva e negativa, é necessário que pelo menos 20% dos alunos inscritos na UC tenham respondido ao questionário, sendo que esse número nunca poderá ser inferior a 5.



Júlia Barros referiu que havia uma grande disparidade na forma como são contabilizadas as situações relevantes positiva (SRP) e negativa. Por exemplo, para as SRP é necessário que a avaliação global da UC seja superior a 4,5 (muito próximo do limite superior – 5), enquanto que para as negativas basta que seja inferior a 3. Também salientou que este processo de avaliação devia envolver os docentes. José Cavaleiro Rodrigues disse que embora prefira esta grelha pois as situações relevantes deixam de ser subjetivas, partilhou as mesmas preocupações e reforçou que esta grelha reflete uma visão de cima para baixo, onde mais uma vez não somos ouvidos.

## **2. Posição do CR relativamente à festa promovida pela Associação Académica de Lisboa**

Depois ouvidos os vários conselheiros decidiu-se que o CR deveria manifestar ao Presidente do IPL o seu desagrado pelos constrangimentos causados pela festa promovida pela Associação Académica de Lisboa. Nesse sentido, a presidente do CR ficou de enviar uma carta, via email, ao Presidente da ESCS para que este a fizesse chegar ao Presidente do IPL. A carta encontra-se em anexo.

## **3. Aprovação da ata 22/2018**

Foi aprovada por unanimidade.

## **4. Aprovação do calendário eleitoral para os representantes dos alunos 2018/9**

De forma a garantir uma maior participação dos alunos neste momento eleitoral, tem sido hábito o Conselho Pedagógico e o CR marcarem eleições para o mesmo dia. Este ano a data proposta foi dia 28 de novembro das 10h às 19h. O conselho aprovou a data e delegou à presidente a publicação do respetivo edital, bem como o cumprimento de todas as formalidades para a realização destas eleições.

## 5. Apreciação e votação do Plano de Atividades da ESCS 2019

Pelas 15h45m a Presidência foi convidada a integrar a reunião para apresentação e discussão do Plano de Atividades (PA).

Cláudia Silvestre agradeceu a presença do Presidente e da vice-Presidente da ESCS. O Presidente fez a apresentação do PA para 2019, e de seguida iniciou-se o período de discussão do documento.

Cláudia relembra que o PA também é um documento de comunicação e nesse sentido acha que a acreditação dos cursos pela A3ES deve constar nos pontos fortes. Também referiu que leu com estranheza a forma como se abordam os cursos e as práticas pedagógicas. Onde se dá a ideia de estarmos longe de Bolonha e de termos cursos desatualizados, o que só por si é uma contradição com a acreditação da A3ES. Mas por outro lado, considera que é obrigação de cada docente reformular/atualizar/fazer pequenos ajustes às unidades curriculares que leciona em cada ano letivo.

Sandra Miranda responde que fazem referência à acreditação pela A3ES, mas não tinham considerado relevante fazê-lo nos pontos fortes. No entanto, se o CR achar pertinente poderão incluir. Em relação à atualização dos cursos, André Sendin referiu que essa preocupação partiu dos docentes que manifestaram a necessidade de atualizar os currículos. Sandra Miranda acrescentou que além da Direção ser sensível a esta preocupação também concorda que a atualização deve ser uma tarefa constante, daí fazer parte do PA.

Francisco Sena Santos questiona sobre a ausência de referência e de reflexão sobre as questões ligadas ao Jornalismo, ainda mais num momento tão crítico quanto o que vivemos. Também refere a necessidade de se fazer parcerias com empresas de comunicação que trabalhem a área do jornalismo.

Sandra Miranda salienta que o curso de Jornalismo é tão importante quanto os outros cursos da ESCS, que são feitas algumas referências ao curso, no entanto, e apesar dos esforços, não tem sido possível fazer parcerias nesta área. Mas, estão a ser feitas diligências nesse sentido.

José Cavaleiro Rodrigues reforça que o PA deve ser encarado como um documento de comunicação e não apenas como um plano de gestão. Logo as suas ausências são muito relevantes. Por isso o PA devia espelhar que a ESCS é uma grande escola de Jornalismo, ainda mais neste momento em que a área do jornalismo está em crise.

Helena Ribeiro refere que o documento tem um preâmbulo, e nele esperaria encontrar um olhar mais sensível às questões da sociedade.

Júlia Barros corrobora dizendo que palavras como reflexão, espírito crítico, participação ou debate público não se encontram no PA. E que considera fundamental que a escola pública participe no debate público.

Júlia Barros manifesta também à Direção, o seu desagrado sobre a forma como estão a ser contabilizadas as situações relevantes positivas e negativas, bem como a disparidade existente entre os critérios.

Sandra Miranda relembra que em relação ao Sistema de Qualidade foram feitas alterações para melhorar este ponto em particular, e que agora já não existem critérios subjetivos. Também informa que há regras impostas pelo IPL, por isso a ESCS não tem total autonomia.

Helena Ribeiro referiu que procurou fazer uma leitura atenta do documento e ficou perplexa perante a forma como a Direção reflecte neste documento a perceção que tem do funcionamento dos cursos e da Escola. Para além de uma única referência, enquanto ponto forte, a “cursos bem estruturados e com grande equilíbrio e articulação entre a teoria e a prática”, a ideia com que ficou da leitura do PA é que a Direção acha que é necessário urgentemente actualizar os currículos dos cursos e as práticas pedagógicas. Questionou se, apesar de termos todos os cursos com a acreditação máxima (6 anos) pela A3ES, a Direção achava necessário fazermos nova reestruturação dos cursos?

André Sendin referiu que ouviram alguns docentes nesse sentido e que especificamente nos mestrados e pós-graduações há uma necessidade de constante atualização, necessidade essa expressa pelos respetivos coordenadores.

Ainda na mesma temática, Helena Ribeiro referiu que ficou chocada com a leitura do objectivo operacional 1.5 e a manter-se a actual redacção não poderá votar a favor do documento. Pois a actual redacção propõe como objectivos: sensibilizar os coordenadores de cursos e docentes para que no âmbito das UCs se discutam “as perspectivas e prospectivas das mesmas, acompanhadas de referências bibliográficas relevantes e de materiais de estudo devidamente actualizados”; providenciar novas UCs opcionais, procurando adequar e actualizar os cursos “às tendências científicas e tecnológicas” das áreas de formação da escola (p.17) ditos desta forma, ultrapassam competências, que são do CTC, e apresentam uma visão que denuncia que temos cursos desactualizados e inadequados. Referiu também que há

diferenças entre a necessidade de aperfeiçoamento permanente no âmbito de uma política de avaliação contínua da qualidade dos cursos e das práticas pedagógicas da Escola, e a forma como neste documento encontramos referências à necessidade de actualização dos currículos dos cursos e à introdução de novas práticas e modelos pedagógicos na ESCS.

Cláudia Silvestre questiona o aumento da taxa de sucesso de 65% para 80% e quais as consequências para cada UC.

A Direção refere que esse aumento apenas reflete os últimos valores disponíveis. E que não haverá qualquer pressão para que cada UC atinja 80% de aprovação.

Helena Ribeiro referiu que essa seria mais uma razão para sermos cautelosos, dado ainda não haver os valores do último ano lectivo 2017/18. No fundo esta proposta, como a Direção reconhece, assenta no trabalho da Direção anterior. Referiu que não é contra o aumento, mas esta proposta parece-lhe exagerada. Pois a Escola tem um passado e um histórico, mesmo com uma taxa média de sucesso de 75% em 13/14, a proposta manteve-se sempre em 65%, até porque o histórico desde 13/14 é: 75%, 66%, 65% e só em 16/17 é que temos 80%. Questiona novamente se esta proposta de 80% vincula os professores e que consequências pode ter: será que em reuniões de balanço de semestres e anos lectivos coordenadores de curso e docentes serão sucessivamente confrontados com esta exigência proposta pela Direção?

Sandra Miranda confirma novamente que não há qualquer consequência para os docentes. Mas considera que deve ser colocado um valor próximo do que se espera obter e que essa estimativa não deve ficar muito abaixo do que se venha a observar.

Helena Ribeiro ainda refere que no PA de 2018 a taxa era de 65% , portanto, esta proposta não está a manter, mas na realidade está a aumentar a taxa de sucesso média de 65% para 80% e por isso o texto devia ser alterado para “aumentar”.

André Sendin percebendo que esta era uma questão sensível ao conselho propôs diminuir para 75%.

Rúben Neves questiona se a Direção está a pensar na mobilidade dum perspectiva holística. E também se será possível uma UC ter um professor dum universidade estrangeira a lecionar um semestre ou parte dum semestre.

Sandra Miranda respondeu dizendo que não há verbas para contratar professores, mas todos podemos trabalhar com outros investigadores em rede, sem necessidade de deslocações.



Um exemplo são as acções COST (European Cooperation in Science and Technology). Em relação à mobilidade dos docentes da ESCS, espera-se que estes não façam apenas uma viagem, mas que os docentes divulguem a ESCS e possam estabelecer parcerias com as instituições de destino, contribuindo desta forma para a internacionalização da ESCS.

Pelas dezoito horas e trinta minutos, encerrou-se a discussão acerca do PA e a Direção abandonou a sessão.

Os conselheiros José Cavaleiro Rodrigues, Júlia Leitão de Barros e Maria do Rosário Correia abandonam a sessão, por razões justificadas.

A Presidente do Conselho de Representantes propôs a votação do Plano de Atividades de 2019.

*Foi aprovado com sete votos a favor e uma abstenção.*

## **6. Assuntos supervenientes**

Nada mais havendo a tratar, pelas dezanove horas e cinco minutos a Presidente deu por encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata.

### **A Presidente do Conselho de Representantes**

Cláudia Vasconcelos Silvestre

### **A Vice-Presidente do Conselho de Representantes**

Helena Ribeiro

**Documento anexo à Ata Nº 23/2018**

(Email enviado ao Presidente do IPL via Presidente da ESCS)

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente do IPL

Professor Doutor Elmano Margato

O Conselho de Representantes da ESCS reuniu em plenário no passado dia 31 de outubro e sentiu a necessidade de manifestar a sua opinião relativamente à festa promovida pela Associação Académica de Lisboa que se realizou no Campus de Benfica do IPL nos dias 27, 28 e 29 de setembro.

Dada a impossibilidade de garantir as condições acústicas para a realização das aulas, a Direção da ESCS decidiu suspendê-las nos dias 27 e 28 a partir das 17h. No entanto, todas as pessoas que estiveram a trabalhar na ESCS a meio da tarde já o fizeram com grande esforço.

Lamentamos que a realização desse evento tenha prejudicado o normal funcionamento das atividades na escola, nomeadamente a circulação no *campus* e as atividades letivas, prejudicando assim o trabalho de alunos e professores, em particular o dos cursos pós-laborais.

Gostaríamos também de referir o estado de insalubridade do *campus*, bem como das zonas limítrofes, nos dias da festa e na semana que se seguiu. Numa altura em que as questões ambientais e de responsabilidade social são tão prementes, as instituições de ensino superior deveriam dar o exemplo.

Em situações futuras, gostaríamos que todas estas questões fossem levadas em consideração.

Com os melhores cumprimentos,

Cláudia Silvestre

Presidente do Conselho de Representantes